

Ministério da Fazenda prepara novo ajuste

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

A equipe econômica chefiada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, discute nos últimos dias a elevação do superávit primário das contas públicas para este ano, que hoje está em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Pelo projeto que está na mesa do ministro, o índice poderá subir para 4,5%, 4,75% ou mesmo para 5% do PIB. A palavra final será do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, se depender do poder de persuasão de Palocci, o superávit deste ano — e possivelmente de 2005 — será de 4,75%.

O fato que estimulou os economistas a preparar o aumento do superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros) foi a retomada do crescimento, que está elevando fortemente a arrecadação. A Fazenda acredita que a capacidade de investimento do governo não será afetada, pois a receita extraordinária compensará o aperto fiscal. Esse pensamento, por sinal, foi transmitido por Palocci ontem em Londrina (PR). O ministro disse que o governo fará uma “inversão fiscal”, fazendo um superávit primário maior em anos de crescimento e devolvendo parte dos recursos à sociedade em períodos de menor expansão da economia — o

Antonio Cruz/ABr/20.8.04



PALOCCI: PROPOSTA DE ARROCHO MAIOR EM TEMPOS DE CRESCIMENTO

que muitos interpretam como superávit anti-cíclico.

Palocci já usou o aumento do superávit para angariar a confiança do mercado financeiro. Em março de 2003 surpreendeu o país ao elevar em 0,5 ponto percentual a meta, que passou de 3,75% do PIB para os atuais 4,25%. Com a economia crescendo acima de 4% ao ano, a nova mudança não implicará em um arrocho fiscal tão forte como o imposto no ano passado, quando o PIB encolheu 0,2%. Na prática, o superávit primário está muito aci-

ma da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelos números divulgados oficialmente pelo Banco Central, entre janeiro e julho, o saldo nas contas foi de 5,59% do PIB. Nos 12 meses terminados em julho, o resultado foi de 4,65% do PIB.

Alternativa aos juros

São muitos os argumentos preparados pela equipe do Ministério da Fazenda para convencer o presidente Lula a sancionar o aumento do superávit primário. O primeiro e mais forte é que, com

um ajuste fiscal ainda mais consistente, o Banco Central terá maior flexibilidade na condução da política monetária. O Copom não seria obrigado a puxar tanto os juros para cima no caso de persistência da inflação.

As expectativas inflacionárias, destacam os assessores de Palocci, seriam revertidas por meio da credibilidade da política fiscal do governo e pela redução do que eles chamam de demanda agregada, formada pela soma do consumo do governo e do setor privado. A parte de consumo público seria contida pelo superávit primário. Já os juros não afetariam tanto o consumo privado nem os investimentos no aumento da atividade produtiva.

A Fazenda calcula ainda que, ao anunciar o superávit primário maior, o risco-país cairia, tornando mais barata a captação de recursos no exterior. A confiança maior decorreria do seguinte raciocínio dos investidores: a economia maior de recursos ajudaria a derrubar de forma mais rápida a relação entre a dívida pública e o PIB, que hoje está próxima de 56%. Desta forma seria reduzido o risco de não pagamento do débito, o que ajudaria a baixar as taxas de juros pagas pelos títulos públicos e, por tabela, as cobradas pelos bancos de empresas e consumidores.

COLABOROU RICARDO ALLAN